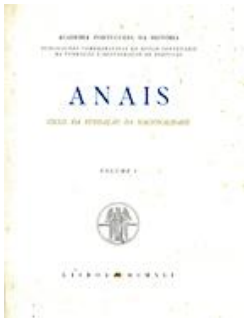


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



Anais da Academia Portuguesa da História – 1940-1989

A Academia Portuguesa da História (APH) nasce em 1936 reclamando continuidade com a Academia Real da História Portuguesa (ARHP), ambas partilhando a missão de promover investigação variada sobre o percurso de Portugal na História. Provindo da iniciativa estatal, esta nova instituição congregou eruditos de vários campos científicos a fim de produzir, apresentar e debater conhecimento histórico tendo em vista o enriquecimento da historiografia nacional. A Academia foi instalada na capital do país e, desde então até aos dias de hoje, tem vindo a realizar atos diversos de criação e divulgação científica, inicialmente na senda dos objetivos delineados no decreto-lei que fez nascer a instituição.

Acompanhando o advento do Estado Novo e a transição institucional que se operou nesse tempo, no contexto das vicissitudes de então, prosseguiu a prática de narrativas de teor nacionalista cujo foco de estudo se orientava para aspetos intimamente relacionados com alguns feitos de maior destaque na História de Portugal. Embora já existisse uma historiografia cujas metodologias e objetos de estudo eram direcionadas para determinados fatores nacionais, esta corrente historiográfica tradicionalista ganha uma nova ênfase no primeiro quartel do século XX com a desejada intenção de rever a História de Portugal que vinha sendo publicada (Sérgio Campos Matos, “Continuidades e rupturas historiográficas...” *Historiografia e Res Publica*, 2017, 141-158). Foi uma corrente que se conciliou com a tramitação política e, sobretudo, com os objetivos delineados pelo governo de Salazar. Aliás, ao considerarmos a defesa e valorização da cultura, do património e da história como baluartes do Estado Novo, pode afirmar-se, por isso mesmo, que a APH contava com uma participação indireta (por vezes direta) do Estado nas suas atividades: não só “renasceu” a partir da iniciativa governamental, como ficou sob a alçada do Ministério da Educação Nacional e com ele participou na celebração de determinadas efemérides – sobretudo na elaboração de trabalhos e artigos de interesse pátrio. A estes estudos imputava-se um cariz nacionalista e parcial, fosse pelo objetivo por detrás da sua composição ou pela escrita propriamente dita (por vezes anacrónica).

É neste contexto que surgem, em 1940, os *Anais da Academia Portuguesa da História*: um periódico da responsabilidade do Conselho Académico e que almejava o aprofundamento do conhecimento histórico através da investigação e a sua profusão nos meios letrados. Os *Anais* representam o esforço de lançar nova investigação sobre temas de interesse para a história nacional de forma faseada (em volumes). Foram divididos em duas séries, cada qual com as suas especificidades e objetos de estudo: enquanto a primeira se foca no centenário da fundação do Reino de Portugal e da Restauração da Independência, a



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

segunda remete para temas mais variados e dispersos no tempo, desde os tempos medievais ao período contemporâneo. Para o efeito, os autores recorreram a personagens, episódios ou a fenómenos particulares desses períodos para formular e diversificar as suas narrativas.

Os trabalhos da primeira série convergem para dois grandes tópicos históricos – a formação do Reino de Portugal, no século XII, e a recuperação da independência face a Espanha no século XVII – num momento em que se celebrava o seu duplo centenário, na década de 1940. Como forma de comemorar esses acontecimentos, a APH (com o patrocínio do Estado) recorreu a um conjunto alargado de historiadores para elaborar as narrativas, destacando-se a colaboração de Damião Peres, Alfredo Pimenta, António Baião, Gastão de Melo de Matos, António Rodrigues Cavalheiro e Paulo Merêa – entre outros, quase todos nomeados por despacho do governo (Luís Reis Torgal, *História da História em Portugal*, 1996, 252-54). Estes historiadores buscaram a elaboração de trabalhos sobre matérias que então receberam um novo ânimo e serviram de alicerces para análises futuras. Refira-se ainda que as edições deste ciclo são irregulares: os 14 volumes, compreendidos entre 1940 e 1959, foram publicados anualmente, bianualmente ou com intervalos de tempo mais curtos (chegou-se mesmo a publicar mais do que um volume por ano).

Relativamente aos conteúdos propriamente ditos, note-se uma clara predileção pela Restauração de 1640 visto haver um elevado número de artigos sobre o acontecimento: em 53 entradas, 20 incidem sobre elementos relacionados com este acontecimento, desde a pessoa de D. João IV a ocorrências da guerra, personalidades de destaque, heráldica, política monetária e financeira, situações no resto do império, etc. Tal fascínio reflete-se na mítica historiográfica que se desenvolveu em torno desta efeméride, elevada à condição de comemoração nacional numa ótica tradicionalista (Luís Reis Torgal, *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, 1981, 22-36). A título de exemplo, vejam-se os seguintes artigos que ajudam a realçar a importância dada a este período: “O Conselho da Fazenda e as alterações monetárias no reinado de D. João IV”, de Damião Peres (1959), em que se estuda o papel da moeda nesta fase de transição política; a “Crónica inédita de D. João IV”, tratada por António Coelho (1946); “A origem do poder real e as Côrtes de 1641”, da autoria de João Francisco Aires de Campos (1942), onde se tratam questões do foro político; “A bordadura das armas nacionais e os juristas da Restauração”, do conde de S. Paio (1944), referente às origens e significado das componentes das armas nacionais; etc.

Conquanto a primeira série dos *Anais* dê uma maior preferência ao período da Restauração, tal não ocorre em detrimento de outros períodos e objetos de estudo. De facto, estes são abundantes e diversos na sua índole, demonstrando a transversalidade dos autores – embora se note grande presença de uma história nacionalista, sobretudo na linguagem empregue. É possível delinear uma certa importância dada ao Portugal medieval com os dois primeiros volumes a dedicarem-se exclusivamente a esse período, abordando a Batalha de Ourique e as vicissitudes a si associadas, os morabitanos, forais, crónicas e entidades jurídicas. Surgem, também, estudos sobre o Paleolítico e Mesolítico, revelando uma maior abertura temática.

Não sendo possível nomear todos os estudos, importa ressaltar a abundância de temáticas sobre as quais se criaram estas narrativas: vejam-se os artigos sobre o Brasil, Angola e Moçambique; astronomia e



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

cartografia no tempo dos descobrimentos; história militar portuguesa (campanhas, armamento e sistemas defensivos); a atuação da fazenda, a cunhagem de moedas e, grosso modo, da situação económico-financeira; o papel dos juristas e homens do direito na sociedade e na política; temas culturais (panfletos, comédia, etc.); Inquisição e religiosidade; a correspondência privada de várias entidades; entre muitos outros. O reforço de interesse por matérias historicamente diversas e um novo olhar sobre certos documentos e iconografias revela-se produtivo, embora os *modi operandi* se mantenham maioritariamente semelhantes – sobretudo com o recurso primacial a documentos de chancelaria, crónicas, diários, entre outros. Predomina, decerto, uma história factual de teor positivista.

O segundo ciclo dos *Anais* foi publicado entre 1946 e 2003, mas, para efeitos desta análise, compreende-se como data final o ano de 1973 (totalizando 22 volumes). Não lhe sendo associada a celebração de uma efeméride, é por isso mesmo mais abrangente nos campos históricos abordados face à primeira série, permitindo uma escrita mais globalizante quanto a balizas temporais específicas. Embora o período moderno seja destacado pelo Império Português, pelos descobrimentos e por alguns reis de maior destaque da segunda dinastia, passando por temas da contemporaneidade e da própria APH, importa desde já assinalar que o medievalismo português é o período mais estudado deste ciclo. Tal comprova-se pela quantidade de artigos espelhados nesta época, ilustrativos do fascínio que se tinha por esse período. Por seu turno, verificamos uma abordagem metodológica semelhante à da série antecedente na medida em que recorre a diversas áreas de estudo para construir as narrativas históricas que nos são apresentadas, incidindo nomeadamente sobre temáticas diplomáticas, económicas, políticas, militares, institucionais, náuticas, sociais, medicinais e religiosas, entre outras. Importa também referir a carga ideológica a nível político e social inserida nos estudos *infra* apresentados, que merece particular destaque devido à clara articulação com os valores e doutrinas do Estado Novo e que reforçavam determinados cânones que o regime tinha como certos e inabaláveis. São, por isso mesmo, conceitos do seu tempo.

Se a Restauração fora o destaque da primeira série, a guerra da sucessão portuguesa travada entre 1383-85 é indubitavelmente o grande foco desta série. Note-se a multiplicidade de artigos elaborados em torno da figura do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, cuja aura mítica faz-se sentir de forma pujante decerto motivados pela magnificência atribuída a D. Nuno pelas crónicas, ou mesmo pelo movimento que tomou o seu nome na transição para o Estado Novo (Fernando Catroga, *ibid.*, 1996, 574-76.). Entre estes, sobressaem “Nun’Álvares e a defesa de Portugal”, de William James Entwistle (1949), e “Defesa do sistema militar de Nun’Álvares Pereira”, de Belisário Pimenta (1968) (sendo também mencionado noutros que se relacionem com os seus feitos no decorrer da guerra de sucessão).

A Batalha de Aljubarrota e a situação sociopolítica que lhe é latente são apresentadas como momento crucial de viragem na História de Portugal, afirmando a independência portuguesa face ao Reino de Castela e prolongando uma mitificação já presente nas crónicas e em trabalhos de outros historiadores. Por isso mesmo, este episódio histórico é alvo de diversos estudos que consagram essa mitificação e tentam aprofundar assuntos a si associados: “Considerações tácticas sobre a Batalha de Aljubarrota”, de Gastão de



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Melo de Matos (1962), em que se questiona a disposição dos cavaleiros apeados e o avanço dos lanceiros, como é descrito nas crónicas da época; “Aspectos e problemas da crise de 1383”, de Fernando Castelo-Branco (1970); “Os casamentos de D. Pedro I e o auto das Cortes de 1385” e “A argumentação de João das Regras nas Cortes de Coimbra de 1385”, ambos de António Brásio (1961).

Ainda sobre este momento, Marcello Caetano (1953), Fernando Castelo-Branco (1971) e Francisco José Caeiro (1973) procuram explorar e aprofundar as suas conjunturas, fundamentando-se nas crónicas de forma a conhecer os seus efeitos num sentido globalizante – no caso de Marcello Caetano, num sentido localizado (Lisboa). Fala-se em “revolução social” e “revolução nacional” para explicar as profundas transformações que a sociedade portuguesa atravessava, denotando o uso de anacronismos nestas narrativas. Para Francisco José Caeiro, observa-se uma tendência de aglutinação por parte do povo em torno de causa patriótica, exigindo a salvação da Nação através da aclamação de um líder nesse tempo incerto perante a eventual perda da independência. Não se trata de uma luta de/entre classes, mas sim de uma reivindicação popular que se torna nacional à medida que outros grupos sociais aderiam ao movimento, sempre repudiando qualquer ingerência estrangeira nos assuntos ditos internos.

No caso das origens de Portugal – saliente no historicismo romântico do século XIX (Fernando Catroga, *História da História em Portugal*, 1996, 70-71) e, porventura, nestes *Anais* –, Mário Cardoso (1968) tenta explicar as origens etnológicas dos lusitanos à luz das suas relações com a nacionalidade. Baseando-se em escritos da Antiguidade (Estrabão) e da Contemporaneidade (A. Schulten), afirma que os lusitanos derivam de povos pré-indo-europeus do Norte de África ou das tribos celtas na região da Gália e Germânia, que eventualmente se mobilizaram para a Península Ibérica. E embora admita a ausência duma “noção de pátria comum”, o autor refere o espírito de unidade sociocultural dos lusitanos que forma o “tronco, embora remoto, dos Portugueses de hoje”, seja pelo sentimento de autonomia ou pelas bases culturais elementares que perduram não obstante as transfigurações que foram alvo com o passar do tempo.

Numa ótica social e ultramarina, Fernando Castelo-Branco (1970) diverge da tese de Charles Boxer referente ao racismo e escravagismo praticados pelos portugueses nas suas possessões ultramarinas, nomeadamente para com os negros. Castelo-Branco não nega estas práticas, mas defende que tais fenómenos não eram aplicados exclusivamente aos negros e indígenas, fundamentando-se na presença de escravos de várias etnias (negros, mulatos, caucasianos, etc.) dentro do Império Português. Esta aparente indiferença perante o pigmento da pele visa descartar qualquer acusação de racismo que recaia sobre os portugueses. Pretende-se também demonstrar o sentimento de unidade e de coesão multiétnica nas províncias ultramarinas possíveis através das características de confraternização e ligação do povo português, referindo estudos de alguns autores estrangeiros (nomeadamente o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre).

Adicionalmente, esta série como que oferece uma “introspeção” ao apresentar certos artigos sobre a historiografia e a própria Academia Real da História Portuguesa (ARHP). Um grupo de autores debruça-se sobre Alexandre Herculano e outras figuras na área da historiografia para analisar as respetivas relevâncias



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

neste campo (caso de António Baião), ou ainda sobre o Arquivo Nacional da Torre do Tombo como fonte arquivística (caso de António Joaquim Dias Dinis). Fernando Castelo-Branco apresenta uma tese em que salienta a importância do trabalho da ARHP para a elaboração de estudos posteriores, apesar do facciosismo direcionado para a genealogia e para uma história dos grandes feitos monárquicos e religiosos. Adicionalmente, é alvo do escrutínio histórico de Afonso do Paço, Fernando Castelo-Branco e de Justino Teixeira Botelho em matérias que concernem, respetivamente, à defesa do património arqueológico por parte da instituição para fins de preservação cultural e investigação, a matéria dos subsídios que recebia do Estado e os propósitos colonialistas da instituição relativamente à escrita de uma história secular e religiosa do Ultramar (com maior importância para o elemento religioso).

Outros estudos sobressaem quando se tenta obter alguma diversidade temática, nomeadamente “História e municipalidade – novos conspectos”, de Alexandre de Lucena e Vale (1966), que estuda a relação entre o poder local e o poder central portugueses no decorrer dos séculos com base nos estudos de A. Herculano; o almirante Gago Coutinho apresenta estudos sobre a primeira viagem de Vasco da Gama à Índia e sobre as primeiras travessias atlânticas náuticas (1949); Joaquim Bensaúde (1946) e Eduardo do Couto Lupi (1949) debruçam-se sobre a figura de D. João II, este último sobre a relação do monarca com Cristóvão Colombo. Entre outros, embora estes exemplos sejam suficientes para indicar a amplitude analítica dos eruditos.

Em suma, é possível concluir que ambas as séries dos *Anais* possuem características simultaneamente divergentes e convergentes. Ambas têm o patrocínio do Estado no que toca à elaboração de trabalhos, e daí, a par com a ideologia então vigente, resulta uma marca de teor nacionalista que se exprime na seleção dos temas e nas terminologias adotadas. Apesar de a primeira série ser mais focada no duplo centenário da nacionalidade (e por isso mais restrita nos tópicos trabalhados), ressalve-se o enaltecimento da História de Portugal pretendido em junção com a situação política de então. O segundo ciclo também surge já contexto do pós-guerra, prolongando-se além do Estado Novo. A uma maior abrangência temporal corresponde o alargamento a temáticas que não se relacionavam com a efeméride da primeira série, complementando-a ao dar primazia a tópicos medievalistas e não só.

Após a mudança de regime em 1974, acentuaram-se mudanças historiográficas que já se vinham evidenciando antes dessa tramitação sociopolítica e que se consolidaram gradualmente no tempo de transição. De facto, nota-se um corte (não total) com a historiografia ligada ao Estado Novo com uma escrita da História mais direcionada para temas económicos, sociais, fiduciários, artísticos, linguísticos, religiosos, etc. – sem implicar o esvaziamento das histórias política e militar –, em detrimento da perspectiva nacionalista característica do regime anterior. Contemplam-se temáticas pouco ou nada estudadas num espírito reformista, multidisciplinar e mais crítico, ligando várias conjunturas na explicação dos fenómenos históricos, em paralelo com uma certa intenção de rever estudos feitos previamente agora à luz de novas perspetivas e processos analíticos – especialmente com a vinda de novos investigadores para a Academia.

A economia portuguesa anterior ao período contemporâneo é destacada pela sua importância no advento do império e de uma economia centrada no mar e nas oficinas localizadas, sobretudo na compreensão das

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

suas estruturas num enquadramento “industrial” (Castelo-Branco, 1975; Banha de Andrade, 1979; António Cruz, 1980; Almeida Santos, 1989, etc.), a par de análises fiduciárias e ao sistema financeiro (Ribeiro Soares, 1977; Bívar Guerra, *ibid.*). Por seu turno, uma dimensão de história social torna-se gradualmente tão ou mais importante com o advento de estudos que visam explorar determinados núcleos multiculturais num contexto nacional (sobre judeus, mouros, romenos, italianos, franceses, angolanos, entre outros), das estruturas nas quais assentava a sociedade portuguesa (caso de Mattoso, 1977) ou a noções jurídicas referentes à escravidão (exemplo de Eduardo dos Santos, 1975). A vertente artística é elevada na sua importância por autores como José Augusto França (1977) e Francisco da Gama Caeiro (1980), sobretudo na defesa das artes enquanto objeto de interesse para a historiografia. Ou ainda a arqueologia e a antropologia foram objecto de renovada atenção na compreensão das civilizações anteriores a Portugal (caso de Fernando de Almeida, 1977). Foi-se afirmando, também nos *Anais*, uma historiografia cada vez mais multidisciplinar e abrangente nas áreas de estudo ao invés do enfoque em determinados fenómenos-chave, reivindicando em alguns casos uma observação mais crítica das fontes a par de visões mais globalizantes e estruturais.

Bibliografia ativa: Academia Portuguesa da História. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série I. Vols. I-XIV. Lisboa: vv. editores, 1940-1959. Academia Portuguesa da História. *Anais da Academia Portuguesa da História*. Série II. Vols. I-XXXII. Lisboa: vv. editores, 1946-1989.

Bibliografia passiva: Matos, Sérgio Campos, “Continuidades e rupturas historiográficas: o caso português num contexto peninsular (c. 1934-c. 1940)”, Sérgio Campos Matos e Maria Isabel João (orgs). *Historiografia e Res Publica nos dois últimos séculos*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2017, pp.131-158; Torgal, Luís Reis. *Ideologia política e teoria do Estado na Restauração*, vol. I. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1981; Torgal, Luís Reis, José Maria Amado Mendes e Fernando Catroga. *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Daniel Tavares